



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio 222

HABEAS CORPUS Nº: 0204107-4
COMARCA: PETROLINA
VARA: PRIMEIRA CRIMINAL
IMPETRANTE: WILLIANA NOGUEIRA ESTRELA
PACIENTES: DALVÂNIA MARIA DANTAS e GILMÁRIO GOMES DE VASCONCELOS
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADOR: DR. JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO (CONVOCADO)

EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. RAZOABILIDADE. LAPSO TEMPORAL JUSTIFICADO. PROCESSO COMPLEXO. INSTRUÇÃO FINDA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA À UNANIMIDADE.

557
I - Não obstante a instrução processual tenha ultrapassado o prazo de 81 dias, o processo tem desenvolvimento regular, apesar de complexo, e ressalte-se que o feito encontra-se com a instrução processual concluída, não havendo, portanto, que se falar em qualquer constrangimento ilegal à liberdade do Paciente.

II – Coação ilegal inexistente. Ordem denegada à unanimidade

ACÓRDÃO.



Vistos, relatados e discutidos os autos do *Habeas Corpus* nº 0204107-4, no qual figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à **unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

223

Recife, 03 de fevereiro de 2010.


Cláudio Jean Nogueira Virginio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



224

HABEAS CORPUS Nº: 0204107-4
COMARCA: PETROLINA
VARA: PRIMEIRA CRIMINAL
IMPETRANTE: WILLIANA NOGUEIRA ESTRELA
PACIENTES: DALVÂNIA MARIA DANTAS e GILMÁRIO GOMES DE VASCONCELOS
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADOR: DR. JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO (CONVOCADO)

RELATÓRIO

Williana Nogueira Estrela impetra o presente *habeas corpus* liberatório, com pedido de liminar, em favor de **Dalvânia Maria Dantas e Gilmário Gomes de Vasconcelos**, indicando como autoridade coatora o Exmo. Sr. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Petrolina.

Extraí-se da inicial que os Pacientes encontram-se custodiados desde o dia 09/10/2008, por força de decreto de prisão preventiva expedido nos autos do Proc. nº 233.2008.009979-2, em que foram denunciados, juntamente com outras vinte pessoas, pela prática dos delitos tipificados nos arts. 33, 35 e 36 da Lei nº 11.343/06, sendo a

ef

peça acusatória somente recebida no concernente ao art. 35 (associação para o tráfico).

225
Isso posto, alega a Impetrante que os Pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal decorrente de excesso de prazo na formação da culpa, em razão de encontrarem-se presos cautelarmente há cerca de 01 (um) ano e 02 (dois) meses. Sustenta que, na hipótese de serem condenados, os Pacientes já teriam direito à progressão de regime, se considerada a pena do único delito em relação ao qual a denúncia foi recebida, bem como as condições pessoais daqueles, notadamente a primariedade e os bons antecedentes, que não foram individualmente apreciados pela autoridade apontada como coatora.

O pedido de liminar foi indeferido às **fls. 145/148**.

Informações do Exmº. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Petrolina, às **fls. 154/155**.

A Procuradoria de Justiça em matéria criminal opina às **fls. 159/160**, pela denegação da ordem, posto que, não configurado nenhum constrangimento ilegal.

É o relatório.

Recife, 03 de fevereiro de 2010.


Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

226

HABEAS CORPUS Nº: 0204107-4
COMARCA: PETROLINA
VARA: PRIMEIRA CRIMINAL
IMPETRANTE: WILLIANA NOGUEIRA ESTRELA
PACIENTES: DALVÂNIA MARIA DANTAS e GILMÁRIO GOMES DE VASCONCELOS
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADOR: DR. JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO (CONVOCADO)

VOTO

Como relatado, a Impetrante sustenta a ilegalidade da prisão do Paciente sob o fundamento de excesso de prazo para o término da instrução criminal.

Extraí-se das informações da autoridade indigitada coatora datada de 21/01/2010, fls. 154/155, que o processo encontra-se no aguardo da apresentação das razões finais dos acusados, no total de vinte e dois, pra tão logo proferir a sentença.

Atualmente, em pesquisa realizada pelo acompanhamento processual disponibilizado por este Egrégio Tribunal de Justiça – Judwin, verifica-se que o processo encontra-se concluso para sentença desde 28/01/2010.

Pois bem.

227



A análise perfunctória do andamento processual em que os Pacientes são réus demonstra que, não obstante tenha sido ultrapassado o prazo de 81 dias, não há excesso de prazo capaz de caracterizar constrangimento ilegal à sua liberdade. Ademais, o referido prazo não é peremptório e não induz, *per si*, a decretação da liberdade dos Pacientes.

Assim, não obstante se constate que há dilação no prazo de encerramento da instrução, observa-se que, mesmo complexo, com inúmeros réus, o processo vem tendo regular desenvolvimento, na esteira do que impõe o princípio da razoabilidade e, registre-se que, não há que se falar em excesso de prazo, haja vista que já foi encerrada a instrução processual, estando o feito apto a ser julgado.

Ante as considerações expostas, as quais tenho como elementos para a minha convicção, entendo não haver qualquer constrangimento ilegal justificador da concessão do *Habeas Corpus*, pelo que esta relatoria vota **denegando a ordem**.

Recife, 03 de fevereiro de 2010.


Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Desembargador Relator